

ATA DE REUNIÃO Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau.	Data: 30.08.2021
---	------------------

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
30.08.2021	10h00	12h20	Presencial - Salão Nobre

2. Participantes

Nome	Cargo e ou Setor
1. Des. Janete Vargas Simões– Presidente	Desembargadora – Presidente do Comitê
2. Des. Fábio Clem de Oliveira	Desembargador Convidado
3. Thiago Albani de Oliveira Galveas	Juiz de Direito – Assessor - Presidência
4. Rogério Rodrigues de Almeida	Juiz de Direito – Corregedoria
5. Marcelo Feres Bressan	Juiz de Direito – indicado pela Presidência
6. Daniel Barrioni de Oliveira	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
7. José Pedro de Souza Neto	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
8. Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - servidora indicada pela Presidência
9. Élson Gonçalves Júnior,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
10. Fabrício da Silva Cabidelli	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.
11. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio,	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
12. Paulo Sérgio Torres Meinicke	Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - SINDIOFICIAIS
13. Maria Clélia Almeida	Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - Convidada

3. Pauta

Descrição
<ol style="list-style-type: none"> 1. Proposta Orçamentária -2022. 2. Leitura e Aprovação da Ata da última reunião realizada no dia 10.06.2021

4. Deliberações

Descrição
<p>A reunião foi iniciada com a fala da Desembargadora Janete Vargas Simões, oportunidade em que saudou os presentes e justificou a realização da reunião presencial. Na sequência a Desembargadora Janete disse ter convidado o desembargador Fábio Clem para participar da reunião. O desembargador também saudou os presentes. Na sequência o servidor Elson Júnior saudou o Presidente do Sindioficiais que passou a integrar formalmente o Comitê, enaltecendo o quão importante a participação de todas as entidades nesse Comitê. A seguir foi passada a palavra ao chefe de gabinete da Presidência, Jose de Magalhães Netto que explicou aos presentes que a discussão do orçamento ficará limitada aos parâmetros já fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Explicou que o executivo iria repetir os valores do orçamento de 2022 nos mesmos moldes do orçamento de 2021. Foram solicitados itens: i) reposição inflacionária e participação no PIB, ii) autorização para ultrapassar o percentual de 5.7% (limite prudencial) diante da necessidade de pagamento de horas extras e plantões e iii) excesso de arrecadação do exercício e a divisão proporcional. Sobre este último item a discussão precisa levar em consideração que se houver decréscimo na receita não há como dividir integralmente esse ônus. Ressaltou a importância de discutir a LDO. Afirmou que será um desafio para a próxima gestão discutir o ganho real, caso haja aumento real da arrecadação. Sobre a Emenda Constitucional nº 109, qualquer sobra de caixa deverá ser devolvida ou abatida do duodécimo futuro. Explicou que antes da EC as sobras financeiras eram utilizadas para gastos com despesas. Ainda foi mencionado pelo Chefe de Gabinete Magalhães sobre o calculo atuarial. O desembargador Fábio Clem solicitou explicações quanto ao questionamento de aumento da participação deste E. Tribunal na Receita Corrente Líquida. Ressaltou a preocupação em fixar na LDO a participação do TJES no crescimento da Receita. Disse da importância de se tentar tal condição. O Dr. Thiago, juiz assessor da Presidência explicou que o Desembargador Fábio tem razão e que deve ser uma preocupação para o futuro. Explicou que a distribuição é em função do volume de receita. Explicou como funcionou para o ano de 2021. Desembargador Fábio Clem falou da necessidade de se manter para com o Executivo uma posição mais determinada. Disse da importância do PJES melhor se posicionar junto ao Executivo. Disse que o grande mote da administração pública não é a produção de superávit e sim a produção do equilíbrio fiscal. Disse não gostar de prognósticos catastróficos e que as coisas não são impossíveis. A desembargadora Janete falou da importância de se fazer politica institucional. Magalhaes concordou e ressaltou a importância do Poder Judiciário. Fabricio, disse que seria muito interessante que as discussões fossem institucionalizadas. A desembargadora Janete concordou. Desembargador Fábio</p>

Clem disse que o Tribunal hoje vive em outra realidade. O Desembargador disse que poucos sabem como se constitui a fonte do FUNEPJ. A assessora Maria Elysa falando sobre os recursos do Fundo, afirmou sobre a importância do acompanhamento, por parte das unidades administrativas, dos gastos durante o ano de 2022, objetivando o equilíbrio dos recursos do Fundo. Explicou que as receitas de custas e o spread bancário estão em ascensão conferindo ganhos de recuperação do FUNEPJ. A presidente do SINDIJUDICIÁRIOS, Maria Clelia disse que o sindicato solicitou uma reunião com Poder Executivo. Disse que solicitou algumas informações ao Poder Judiciário e não foi atendida. Disse que sindicato está à disposição. A assessora Maria Elysa retomou a palavra e explicou como funciona o cálculo da base do orçamento. Disse que o Poder Executivo informa o valor de teto e que se estima um crescimento vegetativo da folha de pagamento. Para o ano de 2022 foram incluídos os valores referentes à promoção de servidores do ano de 2017. A assessora deu as informações com base no slide 02, parte integrante desta ata. Dr. Thiago tomou a palavra para explicar os gastos relacionados com o aporte previdenciário. Explicou a situação dos gastos. Maria Elysa disse haver previsão para manutenção do equilíbrio fiscal. O magistrado Daniel Barrioni disse que o governador falou que o fundo previdenciário seria alterado, contudo não se tem notícias. O servidor Elson Júnior pediu a palavra e explicou que faz parte do Conselho Administrativo do IPAJM, estando como primeiro suplente, tendo participado de algumas reuniões. Explicou que existem 03 Fundos geridos pelo IPAJM, quais sejam: Fundo Previdenciário, Fundo Financeiro e Fundo de Proteção Social dos Militares, sendo o Previdenciário superavitário e os outros dois (Financeiro e de Proteção Social) deficitários. Maria Elysa apresentou o slide 03 – (total proposta do PJES versus o teto consignado pelo Poder Executivo) informada a disponibilidade de o valor de R\$ 36.890.242,00 para serem incorporados ao orçamento de 2022, conforme slides 04, 05 e 06. O servidor Elson Júnior destacou a necessidade da utilização desse recurso para implementação de alguns direitos dos servidores e recuperação de alguns passivos, haja vista o lapso temporal sem qualquer revisão salarial para o conjunto dos servidores. Na sequência foram apresentados os dados relacionados aos recursos do Fundo - Slides 07e 08. A assessora falou que há uma previsão de equilíbrio dos recursos daquela fonte. O servidor Elson Júnior disse da necessidade e da dificuldade da mobilidade dos recursos do FUNEPJ, pois os recursos do Fundo têm como caráter essencial despesas de capital, o que, inclusive, está descrito na Lei de criação do FUNEPJ, sendo explicitamente vedado a aplicação de seus recursos para despesas de pessoal, o que demonstra a dificuldade de mobilidade para o conjunto dos gastos do TJES. O magistrado Rogério Almeida, representante da Corregedoria Geral de Justiça falou da implementação de várias ações implementadas pela Corregedoria e que resultaram na melhoria da arrecadação do fundo. O desembargador Fábio Clem ponderou que muitas dúvidas prejudicaram os recolhimentos de recursos ao Fundo, especialmente àquelas relacionadas com a obrigatoriedade de repasses conforme surgida no próprio STF. Após esclarecimentos prestados, relacionados à composição do Fundo e ainda as explicações trazidas pelo Dr. Thiago quanto ao processo de elaboração do orçamento relacionado ao ano de 2021, bem como justificou a necessária cautela em relação aos números concebidos durante a

pandemia. Dr. Thiago ressaltou a atipicidade dos últimos dois anos. Dr. Thiago e Desembargadora Janete registraram como os sistemas do PJES estão atrasados e a importância de investimentos do Fundo para tal. O servidor Elson Júnior ressaltou que o Fundo atualmente vem atendendo indiretamente as despesas relacionadas com pessoal, o que vem sendo modificado ao longo do tempo, dada a vedação legal, que fora explicitada acima. Submetida à aprovação dos presentes a proposta orçamentária para o ano de 2022 foi aprovada à unanimidade e nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião.

5. Aprovação